

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CONTEXTO ESCOLAR**HERITAGE EDUCATION ON SCHOOL CONTEXT**

Suely Aparecida dos Santos*

Resumo

Este trabalho apresenta uma proposta de análise sobre a importância do desenvolvimento da educação patrimonial no contexto escolar em Belo Horizonte, à partir da LBD 9394/96, através dos temas transversais. Destaca um debate em torno das inovações da educação à partir destes temas que poderão proporcionar aos alunos uma consciência reflexiva e crítica com relação ao que acontece em seu entorno. Assim, a educação patrimonial, que está inserida nos temas transversais, poderá despertar um sentimento de pertencimento aos alunos que possivelmente os levarão a serem guardiões do patrimônio. Além disso, haverá abordagens inserindo a educação no campo da história. E por fim, destaca a importância da educação patrimonial na preservação do patrimônio.

Palavras-Chave: Patrimônio, Educação, Educação Patrimonial

Abstract

This paper presents a proposal for analysis of the importance of the development of heritage education in the school context in Belo Horizonte, the LBD from 9394/96, through the cross-cutting themes. Highlights a debate on innovations in education based on these themes that can provide students with a critical and reflexive consciousness about what happens around them. Thus, heritage education, which is inserted in the cross-cutting themes, can awaken a sense of belonging for students who may lead them to be guardians of the heritage. In addition, there will be inserting education approaches in the field of history. And finally, highlights the importance of heritage education in heritage preservation.

Keywords: Heritage, Education, Heritage Education

A educação no Brasil tem passado por constantes reformulações didáticas pedagógicas e cada vez mais se fala em temas transversais, os quais estão previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os denominados PCNS foram instituídos na LDB 9394/96 e se configuram como uma renovação na educação no que tange à abordagem de assuntos que fazem parte do cotidiano do aluno, em cada disciplina, mas, principalmente, através dos temas transversais. Porém, estes temas vão além do entorno

* Graduada em História pelo Centro Universitário de Belo Horizonte e graduada em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

do aluno levando até eles abordagens contemporâneas a fim de auxiliá-los a terem um pensamento crítico frente à complexidade em que vivemos.

Diante disso, a educação patrimonial configura-se como um tema transversal de grande relevância para os alunos. Sabe-se que a educação patrimonial é um recurso muito utilizado na preservação do patrimônio, além de ser um tema de grande debate nos dias atuais. As propostas atuais da educação apontam para a necessidade de se desenvolver nos discentes a consciência de que são parte da cultura, na qual estão inseridos e que todo patrimônio é parte integrante de sua vida, cultura e história.

É importante ressaltar que a educação patrimonial é um assunto relativamente novo e a proposta de estudo sobre sua importância no contexto escolar envolve vários atores sociais como professores, alunos e comunidade local.

Pode-se citar como exemplo a Escola Estadual Pedro II, que possui um projeto distinto o qual chamou bastante a atenção pela sua abrangência e eficácia.

A escola supracitada está inserida no programa do IEPHA/MG. As escolas de Belo Horizonte que tiveram seus edifícios tombados são: Escola Estadual Pedro II, Escola Estadual Olegário Maciel, Escola Estadual Barão do Rio Branco e Instituto de Educação de Minas Gerais.

Abaixo destaca-se um dos objetivos do projeto:

O Projeto de Educação Patrimonial “Escolas Tombadas” visa integrar a cultura e educação através dos conteúdos pertinentes, desenvolvendo ações com a comunidade escolar referente ao seu Patrimônio Cultural, tendo como objeto o próprio espaço e ambiente escolar. (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG)

A Escola Estadual Pedro II, que passou por uma restauração em sua estrutura física, teve a intervenção deste órgão no sentido de trabalhar a educação patrimonial com os alunos fazendo com que eles se tornassem os guardiões do patrimônio tombado.

Após a reinauguração da escola, o IEPHA/MG, através do programa “Educação Patrimonial Escolas Tombadas”, já citado acima, iniciou um trabalho de conscientização através de oficinas, palestras e atividades acerca da importância de se preservar a escola, o que ocorreu conjuntamente com os funcionários. Hoje a escola se encontra em perfeito estado de conservação e os alunos se apropriaram da ideia de que aquele bem é deles e de todos, e que todos têm o dever de preservar. Diante disso, percebe-se a viabilidade e a eficácia em se trabalhar a educação patrimonial em escolas de Belo Horizonte, no âmbito municipal, estadual e privado.

É interessante ressaltar que por mais que a educação no Brasil seja muito delimitada, o espaço escolar ainda é o local em que há uma grande diversidade e uma troca cultural entre os alunos. Assim, através deste fator, o educador possui um grande universo a ser explorado dentro da realidade dos discentes.

Por fim, ao se falar em educação patrimonial não se pode deixar de mencionar sobre patrimônio. Sabe-se que o tema patrimônio vem sendo muito discutido atualmente. Veem-se artigos, seminários e congressos que têm por finalidade a discussão do universo que permeia a questão patrimonial. Dessa forma, a educação patrimonial está inserida neste contexto, pois sua premissa é o incentivo e o estímulo dado às pessoas para a consciência em relação à preservação do patrimônio.

Preservação do patrimônio no Brasil

No Brasil, segundo Livia Silva e Fabiana de Lima (2011) em “*O processo de educação patrimonial como instrumento de auxílio na gestão dos bens patrimoniais*” a preocupação com a preservação do patrimônio tem sua origem na década de 1930, época em que o país passava por um conturbado momento político. Desse modo, percebe-se que a preservação de bens patrimoniais é uma preocupação relativamente recente.

Pode-se dizer que a preocupação com a preservação do patrimônio no Brasil como um lugar de memória, vem com a política de Getúlio Vargas, na década de 1930. É importante destacar a distância existente entre a população brasileira e o patrimônio, sendo que aquela não tinha o sentimento de pertencimento por este. Ressalta-se que o fator citado pode ser explicado, conforme Marly Rodrigues comenta, pela herança cultural brasileira e também na forma como os livros abordavam a população pobre como trabalhadores e não “como construtores de cultura” (RODRIGUES, 2001, p.17).

Desse modo, a situação perdurou até meados da década de 1980, quando os movimentos sociais de redemocratização do país em busca da cidadania, fizeram com que parte da população reconhecesse seu papel ativo na sociedade. Além disso, a história cultural foi de extrema importância para este fator já que introduziu um novo olhar para a história. Este novo olhar estava pautado nas diversas manifestações populares, com novas abordagens que não se restringiam à história oficial, como anteriormente. Arelado a isto, surgiram novas concepções do que é patrimônio.

Voltando à questão patrimonial na história do Brasil, pode-se citar a vinda da família real e com ela diversas modificações nas estruturas do país. Destaca-se a questão da nacionalidade brasileira que esteve em pauta e, para isto, foram criados a Biblioteca Nacional e o Museu Imperial. Em 1938, após a independência, tem-se a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a fim de criar a história do país.

A partir daí, pode-se citar que ao longo dos anos, houve diversas preocupações em preservar o patrimônio brasileiro, tem-se como exemplo:

Na década de 1920, a preocupação em valorizar o que era brasileiro tomou forma na produção dos intelectuais modernistas, como Mário de Andrade, por meio de pesquisas etnográficas e da literatura. (RODRIGUES, 2001, p.20)

O trabalho dos modernistas, as visitas e o esforço para proteger o que era do Brasil, contribuiu para a ideia da preservação do patrimônio. Pode-se citar que, conforme já dito, a legislação para se preservar o patrimônio foi instituída no governo de Vargas, através do Decreto-lei nº 25, que teve como base um anteprojeto de Mário de Andrade, “criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)” (RODRIGUES, 2001, p.20).

Conforme Rodrigues cita:

O reconhecimento público desse valor se faria pelo tombamento, isto é, pela inscrição do bem em um dos quatro Livros do Tombo: arqueológico, etnológico e paisagístico; histórico; das belas-artes; e das artes aplicadas. O tombamento, principal instrumento jurídico até hoje aplicado para impedir a destruição de bens culturais, não implica a perda de propriedade do bem; a responsabilidade de sua conservação continua sendo do proprietário que é proibido de demoli-lo, de descaracterizá-lo ou, quando se trata de um objeto de arte, de retirá-lo dos limites do território nacional, sem prévia aprovação do órgão componente. (RODRIGUES, 2001, p.20)

Foram poucas as leis aprovadas ao longo dos anos voltadas para a preservação do patrimônio, conforme Rodrigues (2001) comenta. Somente a partir de 1980 que tal preocupação foi se efetivando através de leis. Nesse emaranhado, não se pode deixar de falar do IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), que foi criado em 13 de janeiro de 1937, também no governo Getúlio Vargas. O IPHAN hoje é vinculado ao Ministério da Cultura e é responsável pela proteção dos bens patrimoniais do país. Destaca-se que as ações do IPHAN são realizadas através de 14 superintendências regionais, 19 sub regionais e museus espalhados pelo país.

No estado de Minas Gerais, a proteção do patrimônio está ligada ao IEPHA/MG,

que faz parte da Secretaria de Estado da Cultura. O IEPHA foi criado em 1971 pela Lei Estadual n 5.775, de 3 de setembro de 1971, alterada pelas Leis Estaduais n. 8.828 de 5 de julho de 1985 e n.11.258 de outubro de 1993. Responsável por proteger e promover o patrimônio cultural, o órgão está pautado na Constituição Federal e na Constituição do Estado, conforme descrito em sua página virtual.

O IEPHA realiza inúmeros projetos de preservação, conservação e restauração dos bens patrimoniais. Além disso, conforme descrito em sua página virtual, possui o projeto de Incremento da Consciência Patrimonial no qual escolas estaduais estão inseridas, através da educação patrimonial que abarca a Memória e o Patrimônio.

No âmbito municipal, os órgãos que cuidam da questão patrimonial, estão ligados às Secretarias ou Departamentos de Cultura que cuidam da preservação dos bens municipais.

Com isto, percebe-se que a questão patrimonial no Brasil, possui um arcabouço legislativo e órgãos responsáveis em proteger, conservar e preservar o patrimônio. Além disso, sabe-se que há inúmeros projetos ligados ao patrimônio, como é o caso da educação patrimonial. Porém, deve-se lembrar de que muito ainda pode ser feito. Muitos patrimônios se encontram em risco no país. Há um descaso do poder público com relação à preservação, além da falta de políticas públicas voltadas para conscientização popular dessa necessidade. Muitas vezes a ideia de se preservar um patrimônio, atribuindo-lhe o devido valor, pertence a uma pequena parcela da população. Desta forma, o sentimento de pertencimento e a valorização devem envolver todas as camadas da sociedade, nas mais diversas faixas etárias.

Patrimônio, memória, identidade e história

É importante nortear a discussão por conceitos e análises historiográficas a respeito de memória, identidade e história. Ressalta-se que todos estes elementos estão intimamente ligados ao conceito de patrimônio que será detalhado mais a frente.

Diante disso, destaca-se a memória como um elemento integrante de tudo que envolve o patrimônio. Vale lembrar que esta relação permeia o tema do presente trabalho, pois, existe muitas escolas que são patrimônios tombados e um lugar de memória, como a Escola Estadual Pedro II e a Escola Estadual Barão do Rio Branco.

Para iniciar a discussão sobre memória, é interessante destacar a obra História e

Memória, de Jacques Le Goff (1990), por sua relevância historiográfica e também por ser uma das referências utilizadas. O historiador citado, além de descrever sobre memória, demonstra como esta surgiu nas ciências humanas, porém, o autor tende mais a descrever o campo da memória coletiva. Desse modo, segundo Le Goff:

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1990, p.423)

Ao longo de sua obra, ele demonstra como a memória sofreu alterações desde as sociedades sem escrita. Diante disso, percebe-se que a memória, segundo Le Goff, se modifica paralelamente às transformações da sociedade ao longo do tempo, no que tange as suas estruturas. Enfim, ele discorre sobre a memória da Idade Média até chegar à contemporaneidade.

Pode-se dizer que a memória coletiva é o espelho da sociedade, suas tradições, costumes, dentre outros fatores. A sociedade por sua vez tem nos espaços a materialização da memória. Assim, destacam-se os lugares de memória que são abordados por Le Goff (1990) como sendo arquivos, museus, bibliotecas, igrejas, monumentos antigos, por exemplo. Nota-se que ao se falar em lugar de memória é importante descrever as considerações de Pierre Nora sobre o tema.

Pierre Nora (1993) aborda os lugares de memória de forma crítica e reflexiva. Para este autor os lugares de memória,

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra materna, simbólico e nacional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p.21)

Nesta perspectiva, os lugares de memória devem estar imbuídos de simbolismos, lembranças, objetos de um ritual, dentre outros fatores. Desta maneira, pode-se inferir que uma escola, por exemplo, está carregada de simbolismo, lembranças e rituais. Estes rituais se modificam ao longo do tempo e se renovam, porém, as lembranças sempre estão presentes em cada geração que passa por ali. Atrelado a isso, pode-se dizer que

atualmente os lugares de memória não são restritos a bibliotecas, arquivos ou museus, conforme já mencionado, e que tem por uma de suas finalidades a guarda de documentos escritos, mais especificamente, documentos oficiais. Outro aspecto que não se pode deixar de mencionar é o fato de que muitas vezes são guardados instrumentos que remetem à ideia de nação, símbolos nacionais que transmitem uma memória coletiva “enquadrada” (Nora, 1993). Assim, a memória ficaria restrita à memória nacional e oficial.

É importante ressaltar que, segundo Nora, os lugares de memória são lugares ligados aos interesses de seu fundador. Desta forma, Nora descreve que “Nenhum lugar de memória escapa aos seus arabescos fundadores” (NORA, 1993, p.23).

Todavia, este autor demonstra que os lugares de memórias não se restringem a monumentos ligados à memória coletiva que abarca a história nacional. Um documento é um lugar de memória, por exemplo. Os lugares de memória são manipulados de acordo com o interesse do Estado, o que hoje pode ser um local de guarda da história dos antepassados, amanhã, por algum fato político, ou alguma transformação, é substituído por outro que condiz melhor com a política vigente, conforme o autor propõe.

Nora também descreve que a memória não é somente individual, pessoal, ela é também um fenômeno coletivo e social, e para afirmar isto ele utiliza o trabalho de Maurice Halbwachs que relata sobre este tema. Assim, a memória é individual quando é pessoal, ou seja, cada pessoa guarda acontecimentos, que lhe marcou, por exemplo, mas também esquece aquilo que não quer lembrar ou mesmo por mero esquecimento. Já a memória coletiva diz respeito a aquilo que foi construído coletivamente, assim uma escola é um lugar de memória individual e coletiva.

Ao se discutir memória faz-se necessário entrar no campo da identidade e do pertencimento. Como Le Goff diz:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. (LE GOFF, 1924, p.476)

A identidade proporciona ao indivíduo uma identificação e conseqüentemente um sentimento de pertencimento. Assim, de acordo com o tema deste trabalho, a comunidade escolar, ao se identificar com a escola, ao valorizá-la, passa a preservá-la como um lugar de sua memória. Tal afirmativa pode ser comprovada através do que

Marieta de Moraes Ferreira descreve sobre identidade:

É possível definir identidade como o processo pelo qual uma pessoa se reconhece e constrói laços de afinidade, tendo por base um atributo ou conjunto de atributos que distingue dos outros, seja pelo local de nascimento, religião, origem familiar ou profissão, por exemplo. (FERREIRA, 2006 p. 86)

No que diz respeito à relação de identidade e memória, Pollak descreve que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p.204). Pode-se dizer que a memória é construída através de processos individuais ou coletivos, e é seletiva. Assim, a identidade que é a projeção humana em relação ao outro, também é construída e não se pode deixar de dizer que é dinâmica e mutável. A partir do momento que uma pessoa recebe informações que fazem parte de seu cotidiano, que desperte seu sentimento de pertencimento, ela se identifica com o local. Pode-se citar o exemplo do trabalho de educação patrimonial realizado na Escola Estadual Pedro II, no qual os alunos e professores recebem uma gama de informações que são processadas juntamente com as memórias descritas, daí então, passam a construir sua memória, se identificam com o local, com o grupo e despertam o interesse em preservar.

Nora descreve sobre este fator:

A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. (NORA, 1993, p.5)

Diante destas abordagens, é importante falar sobre História e relacioná-la com os temas descritos acima. A História antes da Revista dos *Annales* (1929) era vista restritamente como uma volta ao passado com a preocupação de descrevê-lo fielmente. Porém, com a chegada da revista supracitada através de Marc Bloch e Lucien Febvre, a História recebe um novo direcionamento.

Assim, destaca-se que, conforme Pierre Nora, a história e a memória não são sinônimos. Ele identifica suas diferenças para demonstrar que a história não é somente a investigação do passado através da memória. Diz Nora:

A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1993 p.9)

Contudo, ele relata que após os *Annales* houve uma consciência historiográfica.

A memória antes descrita pelos historiadores era baseada no coletivo, na identidade nacional. Esta história memória foi substituída por uma história crítica.

Jacques Le Goff comunga com alguns aspectos descritos por Pierre Nora como o fato da história antes dos *Analles* se preocupar em descrever o passado. Ao relacionar memória e história, Le Goff, descreve que “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1924, p. 49).

Diante do exposto acima, percebe-se que a memória é um objeto da história, mas não o exclusivo. Hoje diversos são os campos da história, como pode-se citar a educação que está intimamente ligada ao tema deste trabalho. Contudo, há que se ressaltar que a educação como campo investigativo da história ainda é pouco explorado pelos historiadores.

Percebe-se que os fatores descritos nesta parte do trabalho, possuem uma ligação com o tema proposto, porém não se pode deixar de falar sobre patrimônio que além de ser um campo investigativo da história, está carregado de memória e identidade. E, além disso, o presente trabalho tem como tema a educação patrimonial no contexto escolar de Belo Horizonte, sendo assim, se faz necessário entender a ideia de patrimônio.

Pode-se dizer que a escola é um espaço de memória e está ligada à identidade da cidade e da comunidade escolar. Assim, é importante o estudo da questão patrimonial para se entender a escola como patrimônio histórico.

Patrimônio como elemento da construção identitária

É interessante destacar o patrimônio como elemento da construção identitária. A palavra patrimônio está ligada “às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo” (CHOAY, 2001, p.11). Segundo o dicionário francês é uma herança que tem caráter hereditário. O patrimônio consistia em bens familiares que eram deixados aos filhos para usufruto.

Entretanto, o conceito de patrimônio foi sendo aprimorado ao longo do tempo, mais especificamente após a Revolução Francesa, em 1789. Nesse contexto, tal conceito estava relacionado à identidade nacional. Assim, o patrimônio passa a ser reconhecido como um bem nacional, ligado à memória de um povo, através das arquiteturas, artes, esculturas e outros.

A Revolução deu uma nova configuração às estruturas francesas e teve como conquista a incorporação dos bens da Igreja e dos emigrados, destinando-os aos domínios nacionais. Desta forma, pode-se dizer que os monumentos firmaram uma identidade nacional do povo francês. Além disso, destacam-se os antiquários que foram responsáveis pela guarda destes bens que ainda não tinham a denominação de patrimônio.

Ao se falar de estado, nação, identidade, é interessante demonstrar a base em que se criaram os estados nacionais que estão intimamente ligados à ideia de pertencimento que abarca o conceito de patrimônio.

Para Joseph R. Strayer “um homem pode levar uma vida razoavelmente satisfatória sem família, sem um local fixo de residência, sem confissão religiosa; sem o estado, porém, não é nada” (STRAYER, 1986, p.09).

O Estado está no cotidiano das pessoas, ele rege a vida de acordo com as leis, direitos e deveres. Desta forma, o indivíduo pertence e se identifica com um modo de vida, uma cultura que está ligada ao Estado, à identidade nacional. Strayer demonstra que “um estado existe, sobretudo no coração e no espírito do seu povo; se este não acreditar na existência do estado, nenhum exercício de lógica lhe poderá dar vida” (STRAYER, 1986, p.11).

O Estado precisava ser legitimado e uma das formas é a utilização de símbolos, heróis que façam as pessoas acreditarem nele. Diante disso, o patrimônio pode ser considerado como um destes símbolos que está arraigado na história e na memória da população. Enfim, o patrimônio cria e fortalece os símbolos. Com isto, os símbolos nacionais passam a ser patrimônios.

Voltando à discussão anterior é importante ressaltar que quando se fala em patrimônio, geralmente, se refere a monumentos históricos arquitetônicos. Contudo, esta ideia foi ampliada para a de patrimônio cultural. Nesse sentido, “Patrimônio Cultural” é tudo aquilo que constitui um bem apropriado pelo homem. Com suas características únicas e particulares, abrange tudo o que constitui parte do engenho humano como museus, folclore, gastronomia, o modo de viver humano, entre outros.

A reformulação de tal conceito pode ser observada a partir do que diz Rodrigues, assim como encontramos no livro “Turismo e Patrimônio Cultural”, de Funari e Pinsky:

A partir do final da década de 1970, verificou-se a valorização do patrimônio cultural como um fator de memória das sociedades. Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de

cultura são testemunhos de experiências vividas, coletivas ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns que fornecem o sentido de grupo e compõe a identidade coletiva. (RODRIGUES apud FUNARI E PINSY, 2003, p.17)

Pode-se dizer que o patrimônio traz homogeneidade aos valores, assumindo a forma de identidade nacional. Assim, aborda-se a noção de Tombamento, tomando como exemplo o caso francês, quando se fez um inventário dos inúmeros mobiliários que foram subtraídos da Igreja, dos emigrados e da coroa, conforme já mencionado anteriormente. Desta forma, foi criada uma comissão denominada “dos Monumentos” (Choay, 2001), a fim de tombarem os bens dividindo-os em diferentes categorias. Estes eram protegidos em depósitos provisoriamente até a decisão da destinação dos mesmos.

A autora Françoise Choay relata que, ao longo do tempo, o monumento histórico foi passando por transformações no que tange à conservação. Muitos países inovaram as formas de conservação e a política patrimonial. Além disso, as modificações da sociedade interferiram na ideia de conservação e valor atribuídos ao patrimônio. Neste sentido, tem-se como exemplo o advento da Revolução Industrial que, como se sabe, causou transformações profundas na sociedade europeia.

É importante demonstrar o conceito de patrimônio segundo o órgão responsável pelo tombamento no Brasil, o IPHAN. Segundo esse órgão, o patrimônio cultural possui duas designações: patrimônio cultural material e imaterial. Desta forma:

O patrimônio material protegido pelo Iphan, com base em legislações específicas, é composto por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza nos quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis como os núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; e móveis como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em www.iphan.gov.br. Acesso em: 20 set. 2011)

Já o patrimônio imaterial:

A Unesco define como Patrimônio Cultural Imaterial "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. (Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em www.iphan.gov.br. Acesso em: 20 set.2011)

Assim, a preservação do patrimônio cultural, a partir do momento em que por ele entendemos objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, áreas naturais,

paisagens e edificações, é de extrema importância para garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si mesma, construindo a cidadania a partir da própria memória.

Torna-se interessante ressaltar a educação patrimonial, já que é objeto do presente trabalho. A educação patrimonial é designada como:

Um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo. A partir das experiências e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUMBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane, 1999, p. 3)

Desse modo, percebe-se que a educação patrimonial é um instrumento primordial para a preservação do patrimônio. Enfim, a educação patrimonial possibilita uma nova dinâmica para o patrimônio, principalmente no que tange à sua preservação para usufruto das gerações posteriores, conforme descrito na citação acima.

Os espaços do Patrimônio no Brasil

Conforme já descrito no tópico anterior, o patrimônio pode ser material ou imaterial, segundo o IPHAN. Os espaços de patrimônio no Brasil fazem parte do patrimônio material. De acordo com o IPHAN, o patrimônio material edificado são os patrimônios arquitetônicos, patrimônio urbanístico, Bens móveis, Bens integrados e Patrimônio documental.

Desse modo, são espaços do patrimônio no Brasil, igrejas, edifícios, praças, museus, casas, bairros, cidades, arquivos, escolas dentre outros.

Nessa perspectiva, pode-se citar a escola como um espaço do patrimônio, pois, além do monumento arquitetônico têm-se relações constituídas entre as pessoas que por ali passaram e a memória, tudo isso faz parte do patrimônio imaterial. Assim, de acordo com Maria Beatriz Pinheiro Machado, “decorre da legislação e da conceituação teórica atual que um bem cultural é todo aquele vestígio da ação humana que possui uma significação cultural” (MACHADO, 2004, p. 14).

Diante da afirmativa de Maria Beatriz, pode-se perceber que a escola constitui-

se num espaço de patrimônio visto que além de seu valor arquitetônico, os símbolos, as relações interpessoais, enfim, tudo que se passa na escola, pode ser considerado como patrimônio. Conforme já mencionado na introdução, a escola é um espaço de memória que contempla o patrimônio imaterial e material.

Percebe-se que ao se abordar a questão da escola como patrimônio não somente arquitetônico, destaca-se que esta perspectiva está ligada às modificações conceituais que o patrimônio sofreu ao longo dos anos. Pois, como já mencionado, a escola possui um arcabouço patrimonial material e imaterial.

Esta relação pode ser exemplificada na própria legislação acerca do patrimônio. O Decreto- lei nº 25, assinado em 1937, no governo Vargas, tem em seu artigo 1º, conforme Marly Rodrigues:

O artigo 1º do Decreto-lei definia o patrimônio histórico e artístico nacional como um “conjunto de bens móveis e imóveis (...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. (RODRIGUES, 2001 p.20)

Estes bens materiais estavam ligados à história e à memória da nação. Porém, a constituição de 1988 trouxe uma inovação com relação ao patrimônio nacional. Conforme a cartilha da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais:

O artigo 216 utiliza a expressão “patrimônio cultural”, dando-lhe conteúdo, ao especificar os bens culturais que ele abriga – “Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”, para, a seguir, enumerá-los nos incisos daqueles mesmos dispositivos. (Secretaria de Cultura de Minas Gerais, 2002)

Concebe-se patrimônio num sentido amplo, abrangente e não restrito a conjuntos arquitetônicos. A escola é um lugar que se enquadra perfeitamente dentro da concepção de patrimônio não só pelo valor de sua arquitetura, mas das relações que nela se estabeleceram no tempo e no espaço. A escola é também concebida como um lugar de memória.

Considerações finais

Diante do que foi demonstrado ao longo deste trabalho, percebe-se que a educação patrimonial é um importante instrumento na preservação do patrimônio.

Além disso, pode-se dizer que este instrumento contribui na formação de alunos e professores, pois os torna mais críticos despertando-os para a realidade ao seu redor, exercendo de fato sua cidadania. Adicionado a isto o aluno, com sua troca de experiências com tudo aquilo que ele traz consigo - conhecimento prévio e realidade social - torna o espaço escolar dinâmico e um local de memória individual e coletiva.

É importante ressaltar que a educação patrimonial oferecida a crianças e adolescentes, auxilia na conscientização quanto à preservação do patrimônio e, além disso, desperta para a ideia da diversidade cultural e da necessidade de preservação e respeito. Além disso, a questão patrimonial trabalhada com os alunos, não pode se restringir somente ao ambiente escolar, à escola-patrimônio. Eles devem possuir uma noção maior realizando visitas a museus, arquivos, fazendo viagens a outras cidades que possuem um arcabouço patrimonial de grande valor, como é o caso de Ouro Preto. Assim, eles ampliam a percepção de que patrimônio não é somente o material, mas o imaterial e que a memória é um patrimônio de todos. Além disso, de alguma forma os alunos envolvem suas famílias nos trabalhos, porque com a consciência formada vão promovendo a disseminação fora da escola.

Destaca-se a preocupação do IEPHA/MG na conscientização de preservação do patrimônio, através do projeto já citado anteriormente, Educação Patrimonial “Escolas Tombadas”. Esta preocupação é de grande importância no que tange à parceria com as escolas, no auxílio dos trabalhos com a finalidade de despertar nos alunos, professores e funcionários a consciência de preservação do patrimônio.

O trabalho realizado na Escola Estadual Pedro II não é único. Através das pesquisas realizadas, verificou-se a existência deste tipo de trabalho em outros locais do estado de Minas Gerais, como Contagem, e até em outros estados. O ideal seria que toda escola, pública ou privada, trabalhasse com este recurso que tem se mostrado muito eficaz. Realizar pesquisas e trabalhos de análise contextual, já que cada escola possui uma realidade diferente, assim, a forma de se trabalhar a educação patrimonial em cada uma, deve ser analisada para o alcance do êxito.

Enfim, o trabalho de educação patrimonial em todos os segmentos da sociedade é de grande importância, porém, nas escolas deve ocorrer de maneira efetiva, a fim de formar cidadãos conscientes e defensores do patrimônio. Assim, a escola poderá proporcionar aos alunos esse valioso instrumento que promove a conscientização, a valorização, o respeito e o exercício da cidadania, valores tão essenciais e muitas vezes descartados pela sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. 402 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). *O saber histórico na sala de aula*. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2008. 175 p.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes; IOKOI, Zilda Márcia Gricoli (Coord.) *Educação na América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 315 p. (América 500 anos ;v.3)

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CURRÍCULO BÁSICO ESCOLA ESTADUAL. *Ensino Fundamental*. Belo Horizonte : CBCS. Disponível em: <
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&id_objeto=38836&tipo=ob&cp=AA0066&cb=&n1=&n2=Propostas%20Curriculares&n3=Fundamental&n4=Hist%F3ria&b=s>. Acesso em 10 out. 2011.

CURRÍCULO BÁSICO ESCOLA ESTADUAL. *Ensino Médio*. Belo Horizonte : CBCS. Disponível em: <
http://crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv/index.asp?id_projeto=27&id_objeto=42272&id_pai=41946&tipo=li&n1=&n2=Orienta%E7%F5es%20Pedag%F3gicas&n3=Ensino%20M%E9dio&n4=Arte&b=s&ordem=campo3&cp=fc5e36&cb=mar>. Acesso em 10 out. 2011.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA ESCOLA: APRENDENDO A RESGATAR O PATRIMÔNIO CULTURAL- MORAES, Allana Pessanha de. Uberlândia (15p.). Disponível pela internet, em:
http://www.cereja.org.br/arquivos_upload/allana_p_moraes_educ_patrimonial.pdf. Acesso em: 15 mai. 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Identidade e memória. *Estudos Históricos-FGV*, Rio de Janeiro, v. 6, n.7, p. 86-90, 2006.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. *História & ensino de história*. 2. ed. Belo

Horizonte: Autêntica, 2004. 119 p. (História & ... Reflexões ;v.6) ISBN 8575260901.

FUNARI, Paulo P; PINSKY, Jaime. *Turismo e Patrimônio Cultural*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2003, p 15-24

GRUMBERG, Evelina. *Educação patrimonial- utilização dos bens culturais como recursos educacionais*. Arquiteta do Museu Imperial/Petrópolis – RJ. (13p.). Disponível em: <http://www.pead.faced.ufgs.br/sites/publico/eixo4/estudosociais/educacaopatrimonial.pdf>. Acesso em : 01 mar.2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Iphan. Brasília, Rio de Janeiro. Museu Imperial, 1999. p.6

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Educação Patrimonial: O que é educação patrimonial?* Brasília: IPHAN, 2011. [1 p.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15481&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 20 set.2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio: Patrimônio material*. Brasília: IPHAN, 2011. [1 p.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 20 set.2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Patrimônio: Patrimônio imaterial*. Brasília: IPHAN, 2011. [1 p.]. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=10852&retorno=paginaIphan>. Acesso em : 20 set. 2011.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Ed da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas-SP, 1990.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível pela internet, em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/19394.htm>

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro. *Educação patrimonial. Orientações para os professores do ensino fundamental e médio*. Caxias do Sul: Maneco Liv. & Ed., 2004, 72p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em <http://iphan.gov.br>. Acesso em 20 mai. 2011.

NORA, Pierre. *Entre memória e história. A problemática dos lugares*. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, Sem volume, n.10, p.7-28, 1993.

NOVAIS, Fernando A. (Coord). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997-1998. 4 v.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF,1997. Disponível pela internet, em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em : 25 mar .2011.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais (1ª a 4ª série): Secretaria de Educação. Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF,1997.142 p.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos - FGV*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos - FGV*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS, Secretaria do Estado da Educação. *Patrimônio – por que conceituar*. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002, p. 15-36.

RANGEL, Marília Machado. Educação Patrimonial: conceitos sobre patrimônio cultural. In: MINAS GERAIS, Secretaria do Estado da Educação. *O Tombamento*. Belo Horizonte: SEE-MG, 2002, p. 15-36.

Reforma da Escola Estadual Pedro II.
<http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/1/776-iephamg-informa-governo-inaugura-restauracao-da-escola-estadual-pedro-ii>

RIBEIRO, Núbia Braga; SOUKI, Âmar et al. *Becos da memória, desenhos da cidadania*: pedreira Prado Lopes ; a vila no trajeto de sua história oral. Belo Horizonte: UNIBH, 2001. 265 p.

R. STRAYER, Joseph. *As Origens Medievais do Estado Moderno*. Portugal: Gradiva, 1986

SILVA, Luiz Roberto da. *Doce dossiê de BH*. Belo Horizonte: Gráfica Editora Cedablio, 1991. 232p.